

Comunicado de imprensa da FRA
Viena, 21 de setembro de 2017

Os muçulmanos na União Europeia: Elevados níveis de confiança apesar da discriminação generalizada

A vasta maioria dos muçulmanos na União Europeia (UE) têm um elevado sentido de confiança nas instituições democráticas, apesar de serem objeto de discriminação e assédio generalizados, revela um inquérito de larga escala realizado pela Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA). O inquérito recolhe as experiências de imigrantes muçulmanos e dos seus filhos nascidos na UE, revelando que as atitudes do público mudaram muito pouco na última década.

*«Os resultados do nosso inquérito ridicularizam a alegação de que os muçulmanos não estão integrados nas nossas sociedades. Pelo contrário, observamos uma confiança nas instituições democráticas superior à que se verifica na população em geral», afirma o **Diretor da FRA, Michael O’Flaherty**. «No entanto, os incidentes de discriminação e crime de ódio prejudicam a sua inclusão e reduzem as suas possibilidades de encontrar emprego. Corremos o risco de alienar indivíduos e as suas comunidades, com consequências potencialmente perigosas.»*

*«Sinto-me encorajado pela confiança depositada pelas comunidades muçulmanas europeias nas nossas instituições públicas e no Estado de direito, apesar dos desafios individuais de discriminação testemunhados,» afirma o **Primeiro Vice-Presidente da Comissão Europeia, Frans Timmermans**. «Mas estou profundamente desiludido com o relatório da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia que revela que ao longo dos últimos cinco anos quase um em cada três muçulmanos considera ter sido discriminado quando procurava emprego, e que apenas 12 % dos muçulmanos notificaram os últimos casos de discriminação. Quero garantir aos nossos cidadãos muçulmanos que a Comissão Europeia não aceita a intolerância. É algo que contraria os nossos valores e as nossas leis.»*

A Comissária europeia para a Justiça, Consumidores e Igualdade de Género Věra Jourová afirma: *«O relatório da Agência dos Direitos Fundamentais revela que a discriminação contra os muçulmanos está muito generalizada. Estou particularmente preocupada com os desafios que se colocam às mulheres muçulmanas na Europa. É nosso dever, tanto a nível europeu como a nível nacional ou local, garantir que as medidas antidiscriminação são respeitadas e que a comunidade muçulmana pode confiar na polícia».*

O [**Segundo Inquérito sobre Minorias e Discriminação na União Europeia \(EU-MIDIS II\): Muçulmanos – seleção de resultados**](#) é o segundo inquérito em grande escala sobre os muçulmanos levado a cabo pela Agência dos Direitos Fundamentais. Para além dos indicadores da integração, como o sentido de pertença e a confiança nas instituições públicas, o inquérito questionou os inquiridos sobre as suas experiências de discriminação, assédio, interceções policiais e consciência sobre direitos.

As principais conclusões incluem as seguintes:

- 76 % dos inquiridos muçulmanos sentem uma forte ligação ao país onde vivem;
- 31 % dos que procuram trabalho foram objeto de discriminação nos últimos cinco anos;

- 42 % dos inquiridos que foram intercetados pela polícia no último ano afirmaram que isso aconteceu por serem migrantes ou pertencentes a uma minoria étnica.

O relatório sugere várias soluções possíveis, nomeadamente:

- Sanções eficazes para violações da legislação antidiscriminação;
- Reforço da confiança na polícia através de atividades de sensibilização específicas;
- Maiores esforços para aumentar a participação dos muçulmanos nos processos decisórios.

Para mais informações, queira consultar o [dossiê de imprensa](#) ou contactar: media@fra.europa.eu/Tel. +43 1 580 30 642.

Notas aos editores:

- O inquérito a 10 527 pessoas que se identificaram como muçulmanas foi realizado em 15 Estados-Membros da UE: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Itália, Malta, Países Baixos, Reino Unido e Suécia.
- O relatório apresentado hoje faz parte de um inquérito mais alargado a 25 500 migrantes e minorias nos 28 Estados-Membros da UE. Baseia-se no primeiro inquérito do género da FRA, realizado em 2008.
- A FRA é o órgão independente da UE para a prestação de assistência e conhecimentos especializados em matéria de direitos fundamentais à UE e aos Estados-Membros.